



Filho

V - 3

REQUERIMENTO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR CIVIL

SEGURADO (A):

Nome completo: _____ CPF nº _____

Órgão de Origem: _____ () Ativo () Inativo

DATA DO ÓBITO: ____ / ____ / ____

Falecimento motivado por: a) acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho: () Sim () Não

b) acidente de qualquer natureza () Sim () Não

REQUERENTE / PRETENSO PENSIONISTA:

Nome completo: _____

CPF nº _____ RG nº / Órgão Expedidor: _____

Cor ou Raça : () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

Capacidade Civil: () Capaz () Relativamente Incapaz () Absolutamente Incapaz

Portador de Invalidez Total e Permanente ou deficiência intelectual, mental ou grave: () Sim () Não

Possui Procurador, Tutor ou Curador: () Não () Sim

Se sim, Nome: _____

CPF nº _____

Endereço: _____ Qd.: _____ Lt.: _____

nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP.: _____

Telefone: _____ WhatsApp: _____

E-mail: _____

() Autorizo o envio de notificações/comunicações via endereço eletrônico (e-mail) ou nº de WhatsApp informados acima.

() Ciente da necessidade de abertura de conta corrente para recebimento do benefício, no banco credenciado pelo Poder ou Órgão Autônomo.

() Ciente da necessidade de realização de perícia médica para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, que será realizada pela Gerência de Qualidade de Vida Ocupacional da Secretaria de Administração

() Ciente de que informações falsas constituem crime previsto no art. 299 do Código Penal.

Venho à digna presença de V. Sª requerer PENSÃO POR MORTE, nos termos da legislação aplicável.

Goiânia, ____ de ____ de 20 ____.

(Assinatura do requerente ou procurador, de acordo com o documento de identificação apresentado)



ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAÇÃO DE ALTERAÇÃO CADASTRAL

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF nº _____, **ASSUMO**, sob as penas da lei, inteira
responsabilidade de INFORMAR, por escrito, à Goiás Previdência - GOIASPREV, qualquer
alteração no meu estado civil, no endereço ou condição física (no caso de pensionista inválido).

A perda da qualidade de dependente previdenciário importa inicialmente na
SUSPENSÃO e, após o devido processo legal, no CANCELAMENTO do benefício previdenciário,
bem como no ressarcimento do que foi recebido indevidamente, sem prejuízo das penalidades
penais, administrativas e cíveis cabíveis.

Goiânia, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do requerente ou procurador, de acordo com o documento de identificação apresentado)

Obs.1) Informações falsas constituem crime previsto no art. 299 do Código Penal.

Obs.2) Declaração de situação civil elaborada em atendimento a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, via Ofício nº 2384 SERV-PUBLICA/2020, constante no processo eletrônico sob o protocolo nº 202000047002531.



DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
(FOTOCÓPIA LEGÍVEL)

I – DO SEGURADO FALECIDO:	
a) Carteira de Identidade;	
b) CPF;	
c) Certidão de Óbito; ou Em caso de morte presumida ou de ausência: Certidão de trânsito em julgado da sentença declaratória;	
d) Histórico Funcional emitido pelo órgão de origem do segurado, sendo que caso ele seja aposentado, deverá vir acompanhado de: d.1) cópia de processo de aposentadoria; d.2) atos que comprovam vínculo do segurado em regime celetista no Estado de Goiás, se houver, e consequente os de desvinculação (Portaria, CTPS, Contrato ou Ficha Funcional); e d.3) processo(s) de averbação, se houver.	
e) Ficha Financeira Anual: Se aposentado: último ano; Se servidor em atividade: desde o ano de 1994 ou do ano de ingresso se posterior à referida data até a data do óbito;	
f) Em caso de falecimento motivado por acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho: apresentar relatório médico atestando a causa da morte e seu nexo com a atividade laboral;	

II – DO FILHO:	
1.1 – MENOR DE 16 ANOS:	
a) Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento;	
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp);	
c) Comprovante de endereço (contendo o CEP), atualizado (emitido nos últimos três meses);	
d) Preencher e assinar documento relacionado no Anexo I.	
1.2 – MAIOR DE 16 ANOS:	
a) Carteira de Identidade;	
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp);	
c) Comprovante de endereço (contendo o CEP), atualizado (emitido nos últimos três meses);	
d) Certidão de Nascimento atualizada nos últimos 3 (três) meses;	
e) Preencher e assinar documento relacionado no Anexo I.	
1.3 – DEFICIENTE INTELECTUAL, MENTAL OU GRAVE E INVÁLIDO:	
a) Carteira de Identidade;	
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp);	
c) Comprovante de endereço (contendo o CEP), atualizado (emitido nos últimos três meses);	
d) Certidão de Nascimento atualizada nos últimos 3 (três) meses;	
e) Relatório médico atestando a invalidez ou a deficiência e demais provas sugeridas no rol disponibilizado;	
f) Preencher e assinar documento relacionado no Anexo I.	

**III – OBSERVAÇÕES:**

1. Serão aceitos como documentos de identificação: Carteira de Trabalho, Passaporte, Carteira Profissional com validade em todo território nacional e CNH com validade efetiva;

2. Bancos credenciados para recebimento do benefício:

Caixa Econômica Federal - Poder Executivo;

Banco Itaú - Poder Judiciário e Tribunal de Contas dos

Municípios; Banco do Brasil - Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Banco Santander – Poder Legislativo;

Qualquer Banco - Ministério Público do Estado de Goiás.

3. Caso o requerente representado por procuração, tutela ou curatela deverá ser apresentado o documento de identificação do procurador/tutor/curador e a procuração ou o termo de compromisso de tutela ou curatela.

ROL SUGESTIVO DE PROVAS DE INVALIDEZ

01	Atestado médico particular que precise exatamente a data de início da doença;
02	Cópia dos prontuários médicos referentes ao tratamento da alegada doença, que comprovem seu início antes dos 21 anos de idade;
03	Cópia de documentos que comprovem que o interessado tenha participado/matriculado, na menoridade previdenciária, em algum Ensino Especial;
04	Cópia do histórico escolar do interessado em ano letivo anterior aos 21 anos de idade;
05	Cópia de documento que comprove a dispensa do alistamento obrigatório do exército ou alistamento eleitoral, por motivo da respectiva doença; e
06	Outros documentos que demonstrem que a incapacidade se iniciou na menoridade previdenciária.